



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA  
24.07.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
1 de 24

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## SUMÁRIO

- [FALSO DILEMA – O Popular](#)
- [OUSAM A VOZ DO POVO – O Popular](#)
- [GOVERNO FAZ APOSTA DE RISCO COM ORÇAMENTO - Folha de São Paulo](#)
- [CARICATURAS ELEITORAIS - Folha de São Paulo](#)
- [CHANCES DE KAMALA VÃO ALÉM DO FATO DE NÃO SER BIDEN – Folha de São Paulo](#)
- [TERRA PROMETIDA, TERRA SEM PAZ - Folha de São Paulo](#)
- [SEVERO GOMES, 100 - Folha de São Paulo](#)
- [MUNICÍPIOS FARÃO CONSULTAS PÚBLICAS NO PRIMEIRO TURNO DAS ELEIÇÕES - Folha de São Paulo](#)
- [TORRE EIFFEL, 135, VIRA MUSA DOS JOGOS – Folha de São Paulo](#)
- [ANÁLISE: UM POUCO DA MEMÓRIA DE DILMA NÃO FARIA MAL A LULA – Correio Braziliense](#)
- [RESTITUIÇÃO IMPOSTO DE RENDA 2024: RECEITA ABRE CONSULTA O 3º LOTE - Correio Braziliense](#)
- [VISÃO DO CORREIO: O ESFORÇO PARA CONTROLAR AS CONTAS PÚBLICAS É DE TODOS - Correio Braziliense](#)
- [EMPRESAS ADOTAM MEDIAÇÃO COM CREDORES PARA EVITAR PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Valor Econômico](#)
- [RECEITA ESCLARECE EXCLUSÃO DO ICMS DO PIS/COFINS - Valor Econômico](#)
- [DESTAQUE - Valor Econômico](#)
- [O PROJETO DE LEI Nº 252 E O FINANCIAMENTO DE STARTUPS - Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

**JORNAL – O POPULAR – 24.07.2024 – PÁG. 3**

**Falso dilema**

*Edemundo Dias de Oliveira Filho*



É nagustiante a crise do conhecimento no mundo contemporâneo, em face do avanço frenético, incontrolável e errático das tecnologias de informação e de inteligência artificial, atingindo todas as estruturas sociais por meio das redes de comunicação. Em meio à precarização das relações pessoais, surge com força o que os filósofos denominam de falso dilema.

Assim, crise desse extremismo na política faz do pensamento do homem comum uma tábula rasa de manipulação das ideias e dos ideais. O maniqueísmo da bifurcação antidialética, que expõe dois pontos de vista opostos e excludentes, colocados como únicas opções de escolha, ofusca outras alternativas que não foram consideradas.

Vemos, por exemplo, no Congresso Nacional, acentuadas proposições de leis mais ou menos severas que despertam atenção da mídia, com discursos acalorados e edição de projetos oportunistas, potencializando a mesquinha polarização direita versus esquerda.

Na Justiça Penal, especialmente, ressalta uma gangorra que provoca estupor no consagrado princípio do juiz natural. Quando o caso concreto chega aos tribunais, logo se pergunta: o julgador é garantista ou punitivista? Alea jacta est, a sorte foi lançada! Se "garantista", a decisão terá ênfase na tutela dos direitos dos cidadãos, contra as arbitrariedades estatais; se "punitivista", o julgamento será conduzido por um desejo irrefreável de castigo severo, sem as garantias mínimas da ampla defesa.

Contudo, no âmbito da segurança pública esse fenômeno vira tragédia. Em Goiás, o Anuário Brasileiro de Segurança (2024), repercutido pelo POPULAR (18/07) e pela imprensa nacional, mostra que dobrou a proporção de mortes por intervenção policial nos últimos cinco anos (em números absolutos, são milhares de vidas). Em 2018, as "mortes por confronto" representavam 15,9% do total de mortes violentas; em 2023, alcançaram 32,2%, sendo a maioria das vítimas homens jovens e negros, sob aplausos de muitos.

David Marques, qualificado pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, adverte: "O ambiente político se alimenta dessa insegurança. A resposta tem sido a utilização da força policial que, não raro, tem altos índices de letalidade". Ou seja, há um incisivo comando político. Porém, o que mais causa espécie é que os índices de criminalidade, com algumas exceções, caíram nos últimos anos por múltiplos fatores, mas, principalmente, em face e na mesma proporção da atuação letal da polícia.

Ora, tal constatação faz ganhar força a aventada falsa dicotomia, indicando um caminho único para se alcançar a eficiência na segurança pública: matar "bandido"! Matar mesmo que o custo seja o efeito colateral

da polícia transformada em máquina de justicamento estatal e que inocentes sejam transformados em cobaias da farsa ultrajante. Ou não é mesmo possível fazer segurança pública respeitando o direito das pessoas?

**JORNAL – O POPULAR – 24.07.2024 – PÁG. 7**

### **Ousam a voz do povo**

Nenhum radical de seja qual credo for gostará dos resultados do levantamento

*Elio Gaspari*

O Instituto da Democracia pôs na rua uma pesquisa que mostrou a superposição de algumas agendas entre os eleitores de Lula e os de Jair Bolsonaro. Com grande felicidade, ela se chama "A Cara da Democracia". Para cabeças polarizadas, a cara da democracia brasileira não é boa. Nenhum radical de seja qual credo for gostará dos resultados do trabalho, compilado pelo pesquisador João Féres Júnior, da Uerj, e mostrado pelo repórter Bernardo Mello.



Um em cada dois eleitores de Lula é contrário às saidinhas de cidadãos encarcerados, e 57% são contrários à proibição de vendas de armas de fogo. Em 2005, o país levou esse assunto a um referendo e a restrição foi derrubada por mais de 60% dos votos, mas virou falta de educação lembrar esse resultado. Legalização do aborto? 69% são contra. No campo de Bolsonaro, esses números são obviamente mais robustos, mas na sintonia fina voltam a surpreender: se 83% dos eleitores do capitão defendem a militarização das escolas públicas, são acompanhados por 61% dos eleitores de Lula. Mais: 55% dos eleitores de Bolsonaro defendem a pena de morte. Parece pouco, porém no campo de Lula essa percentagem é de 42%.

Opiniões desse tipo podem chocar os bem-pensantes, mas o que a pesquisa pretende mostrar é como o povo da amostra pensa. Aceita-se isso, ou segue-se o conselho do professor Antônio Delfim Netto em 1985, quando Jânio Quadros derrotou Fernando Henrique Cardoso na disputa pela Prefeitura de São Paulo: "Vão precisar mudar de povo". A cepa conservadora do eleitorado brasileiro está aí. O Brasil tem um eleitorado conservador em relação à segurança pública e aos costumes.

Os eleitores de Bolsonaro e Lula não são semelhantes em relação a alguns temas: 23% de um são contra o Bolsa Família, já no outro lado, só 9% (14% não opinaram.) De certa maneira, criaram-se dois estereótipos. O do sujeito que votou em Bolsonaro ficou previsível. Já o de Lula deveria levar seus explicadores do Brasil a calçar as sandálias da humildade. A "Cara da Democracia", compilada por Féres, mostrou que mais de 20% dos eleitores de Lula são favoráveis à prisão de mulheres que interrompem a gravidez (36%), à privatização da Petrobras (37%) e contrários à punição de militares que participaram do 8 de janeiro (29%).

Depois de dez anos da demonstração das virtudes das cotas raciais nas universidades, 35% dos eleitores de Lula são contra. Do lado de Bolsonaro são 52%.

Colocando-se esse número ao lado do 1,8 ponto percentual que deu a vitória a Lula, percebe-se o vigor de uma das Leis de Heitor Ferreira: "Muitas vezes, não é um candidato que ganha, só outro que perde". Bolsonaro perdeu em 2022, como o PT perdeu em 2018. Num exercício de passadologia, qual teria sido o resultado da eleição se Bolsonaro não tivesse pronunciado as palavras "vacina" ou "cloroquina"?

A agenda progressista tem virtudes, até porque a do regressismo amarrou o Brasil à escravidão e ao contrabando de negros. Mesmo assim, não é assim que marcham as sociedades. Quem ouvia Martin Luther King em 1963 jamais imaginaria que, em 2024, Donald Trump estivesse de novo com um pé na Casa Branca.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.07.2024 – PÁG. A2**

### **Governo faz aposta de risco com Orçamento**

Ao mirar limite inferior, Fazenda mantém dúvida sobre cumprimento de meta fiscal; deve-se focar em mudanças estruturais



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu um risco bastante elevado ao propor o congelamento de R\$ 15 bilhões de despesas do Orçamento, mirando assim o limite inferior da meta fiscal de déficit zero neste ano. A opção pelo piso da margem de tolerância da regra do arcabouço, que consta no relatório de avaliação de receitas e despesas do terceiro bimestre, garante o cumprimento da meta mesmo que as contas do governo encerrem 2024 com rombo de R\$ 28,8 bilhões.

A escolha, porém, mantém a dúvida sobre se o governo proporá o afrouxamento da meta fiscal, o que pode ter impactos negativos no câmbio e na inflação, obrigando o Banco Central a manter os juros elevados por mais tempo. Em junho, o TCU (Tribunal de Contas da União) emitiu alerta de que tomar o piso como referência para adotar ou não o contingenciamento de gastos pode elevar o risco de estouro da meta e afetar a credibilidade das regras fiscais.

O alerta foi ignorado, a despeito de o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes, ter dito que o governo persegue o centro da meta do arcabouço — declaração não respaldada pelo secretário do Tesouro, Rogério Ceron. A estratégia contida no relatório do terceiro bimestre renova a aposta do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de aumento da arrecadação para fechar as contas. Mas não deixa margem de manobra para acomodar eventual frustração das medidas já adotadas.

O desempenho fraco da arrecadação com a negociação para contribuintes derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), a principal medida de aumento de receitas para 2024, reforça as dúvidas. Ela será o pêndulo a jogar a favor ou contra num cenário em que a aceleração das despesas obrigatórias com os pagamentos do INSS e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) não dá trégua.

O foco de Haddad no ajuste fiscal pelo lado da alta dos impostos deu sinais concretos de que bateu no teto com a rejeição da medida provisória que restringiu o uso de crédito do PIS/Cofins. O ministro enfrenta a resistência do presidente Lula em discutir a fundo cortes, incluindo a revisão do salário mínimo como indexador de benefícios do INSS e assistenciais, algo que chegou a ser aventado há algum tempo.

Por ora, o anúncio de redução de R\$ 25,9 bilhões em despesas obrigatórias em 2025, por meio de um pente-fino em gastos sociais, e o congelamento de R\$ 15 bilhões deram tempo à Fazenda. Mas já passa da hora de mudar o foco e enfrentar cortes que levem o governo a entregar mais com menos.

### Caricaturas eleitorais

Ao retratar adversários da forma mais negativa possível, candidatos contribuem para a polarização

#### *Hélio Schwartsman*

La Rochefoucauld dizia que a opinião que nosso inimigo tem de nós está mais perto da verdade do que a nossa própria. Penso que a frase encerra muito de verdade, mas receio que ela colapse em situações específicas, como a de campanhas eleitorais. Aí, candidatos exageram tanto ao pintar seus adversários de forma desabonadora que acabam criando caricaturas que guardam pouca correspondência com a realidade.



É o processo em curso na corrida eleitoral paulistana, que tem como principais contendores o prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL). É perfeitamente legítimo que candidatos sejam chamados a prestar contas por suas alianças e seu passado, mas é preciso cuidado para não recair em hipérboles. Não é verdade que Boulos seja um perigoso radical que transformará São Paulo em terra sem propriedade privada, como a campanha de Nunes tenta descrevê-lo, nem que o atual prefeito seja um bolsonarista empedernido, que conspirará contra a democracia se reeleito, como busca retratá-lo a equipe de Boulos.

Na justaposição de imagens, o deputado Guilherme Boulos (PSOL) e o prefeito Ricardo Nunes (MDB) - Mathilde Missionheiro - 7.dez.2023 e Karime Xavier - 14.jun.2021/Folhapress - Montagem

Se cabe uma crítica a Boulos, é que ele representa o setor do PSOL que foi domesticado e colonizado pelo PT. A ascensão dessa ala custa ao partido sua própria identidade. O PSOL, afinal, surgiu como legenda que faria uma crítica do PT pela esquerda e que manteria padrões éticos mais rígidos que os da sigla de Lula.

Já Nunes flerta com Bolsonaro não porque partilhe de seu ideário e desprezo pelas instituições, mas porque qualquer candidato a cargo majoritário que concorra na faixa do centro para a direita precisa dos votos de bolsonaristas. Até acho que o prefeito foi além do necessário ao aceitar um vice ditado por Bolsonaro, mas daí não se segue que eles sejam a mesma coisa.

É correto e necessário cobrar candidatos por alianças e posições e atitudes do passado, mas exagerar na dose é algo que contribui para a polarização sem acrescentar tantos votos.

### Chances de Kamala vão além do fato de não ser Biden

Vice embarca em discurso de continuidade, mas terá que vender algo além de um retrospecto

*Bruno Boghossian*

Brasília

Kamala Harris abriu de maneira idêntica os três discursos que fez até agora como provável candidata à Casa Branca. A vice-presidente enalteceu o legado de Joe Biden, descreveu o governo do qual faz parte como um dos mais importantes da história e assumiu a inevitável bandeira da continuidade para disputar esta eleição.

O Partido Democrata precisava desesperadamente de um candidato que não fosse Biden para enfrentar Donald Trump. Kamala larga como uma candidata de situação que tem a vantagem de não ser um político de 81 anos cuja capacidade de liderança é alvo de questionamentos. Para vencer, ela terá que ir muito além.

A idade de Biden não era o único risco dos democratas. A despeito de um cenário econômico positivo, a taxa de aprovação do presidente indica que os americanos não se mostram satisfeitos com o país. A candidatura de Kamala depende de sua capacidade de vender algo mais do que um retrospecto dos últimos anos.



*A vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, atrás do presidente Joe Biden, em agosto de 2020 - Carlos Barria/REUTERS*

Em seus primeiros dias na arena, a vice-presidente falou em futuro e buscou uma contraposição ao que seria uma volta ao passado com Trump. Disse que sua prioridade será o fortalecimento da classe média, que vem se mostrando mais distante dos democratas, e alertou para a ameaça que os republicanos representam para os direitos reprodutivos.

A credibilidade do discurso econômico de Kamala passará por um teste difícil nos meses que restam até a eleição. O que é inegável é que ela dispõe de

uma energia maior do que Biden para enfrentar Trump e apresentá-lo como uma ameaça, numa estratégia capaz de ampliar a participação de mulheres e negros, além de levar às urnas eleitores independentes que rejeitam o republicano.

A investida precisa ser suficiente para cobrir flancos que tornam sua candidatura potencialmente vulnerável. Kamala é tratada pelo populismo conservador como a vilã progressista perfeita e se tornou alvo preferencial de trumpistas que apontam para a falta de um plano democrata para a imigração. Ainda assim, ao menos agora há uma disputa aberta.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.07.2024 – PÁG. A3**

### **Terra prometida, terra sem paz**

Ação política de Israel e ocupação militar e civil tornam inviável um Estado palestino

*Moises Rabinovici*



O Parlamento de Israel rejeitou a criação de um Estado palestino na quinta-feira (18). No dia seguinte, a Corte Internacional de Justiça, em Haia, julgou que a ocupação israelense nos territórios palestinos da Cisjordânia, do Golã e de parte de Jerusalém é ilegal e deve ser encerrada.

E nada aconteceu. Nem palestinos nem israelenses comemoraram ou protestaram. Faz 47 anos que a ocupação da Cisjordânia é considerada ilegal pela Assembleia e pelo Conselho de Segurança da ONU e pelos últimos seis presidentes dos EUA. Mas Israel sempre foi (e vai) em frente: criou 144

colônias nos territórios ocupados em 1967, na Guerra dos Seis Dias, e nelas vivem hoje 500 mil colonos — e mais 220 mil em Jerusalém Oriental. Ainda sobra espaço para um Estado palestino? Não.

O primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu, respondeu à Corte de Haia no domingo (21): "O povo de Israel não é um ocupante em sua própria terra e em sua capital eterna, Jerusalém". É a terra prometida por Deus a Abraão, a Judeia e Samaria bíblicas.

A terra prometida foi parcialmente ressuscitada em 1948, pela ONU. Prometida, mas não protegida e imune a ataques desde o primeiro dia de independência —Israel consolidou uma política de ocupação que considera essencial à sua segurança. E que, na prática, inviabiliza um Estado palestino.

A conquista do deserto do Sinai, da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, de Gaza e do Golã, na guerra contra o Egito, Síria e Jordânia, era para ser provisória. Eu vivia ao lado de Gaza, como voluntário, no kibutz Reim,



## CLIPPING

DATA

24.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

devastado no ataque do Hamas de 7 de outubro de 2023. Arava o deserto à noite, com a escolta de um árabe druso armado, porque o farol aceso do trator poderia atrair atacantes palestinos. Era a época em que o Partido Trabalhista estava no poder, com Levi Eshkol. Foi ele quem criou a primeira colônia nos territórios conquistados, Kfar Etzion, ao sul da Cisjordânia, em setembro de 1967.

A base dos trabalhistas para a colonização foi o Plano Alon, de Yigal Alon, que chegou a ser primeiro-ministro interino. Ele previa a anexação de Jerusalém Oriental, de Gush Etzion e do Vale do Jordão, e funcionou até o governo de Yitzhak Rabin.

Muitas colônias nasceram como Nahal, ou postos militares, e depois foram entregues a civis. Isso porque, para uso militar, as terras podem ser confiscadas.

Com o primeiro-ministro Menachem Begin, em 1977, a colonização deu um salto. Os religiosos e nacionalistas o saudaram como aquele que resgataria toda a "terra prometida" — um novo "messias". Ele só devolveu o Sinai, em troca da paz com o Egito, e a colônia de Yamit, a "nascida do mar".

Acusado de criar "obstáculos à paz", com as colônias que brotavam por todos os territórios sob negociação, com status a definir, o premiê Begin nunca se intimidou. "Provisório", era a sua justificativa, sempre. Israel anexou Jerusalém Oriental e o Golã, da Síria, por leis aprovadas pelo Parlamento, e saiu em 2005 de Gaza, que agora está destruindo em represália ao massacre do Hamas, com mais de 1.500 israelenses e 38 mil palestinos mortos.

O governo atual de Netanyahu está sob pressão do acordo de coalizão feito em 1º de dezembro de 2022, com o partido de extrema direita e ultranacionalista Sionismo Religioso, para estender a soberania israelense sobre a Judeia e Samaria —ou a Cisjordânia, a "terra prometida" pelo presidente Joe Biden aos palestinos.

O ex-presidente Donald Trump transferiu a embaixada dos EUA de Tel-Aviv para Jerusalém e reconheceu a soberania de Israel sobre as colinas sírias do Golã. Lá, desde 2019, ele ganhou, em gratidão, uma comunidade batizada de Ramat Trump, ou Colina de Trump, numa altitude maior que o prédio Trump Tower, em Nova York. O ex-presidente pode ser eleito neste fim de ano, para alegria de Netanyahu, que tem um discurso previsto para as duas Casas do Congresso, em Washington, nesta quarta-feira (24).

Sem Biden e sem os democratas na Casa Branca, o projeto da Palestina pode desaparecer, no Oriente Médio sem paz.



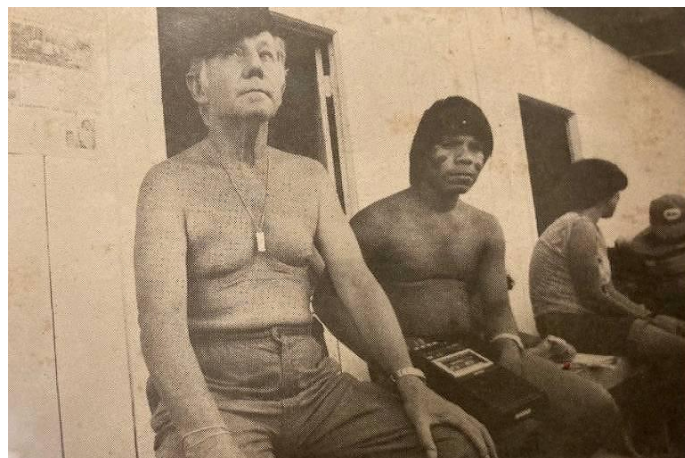
## Severo Gomes, 100

Ex-ministro era o ímã que unia diversidade de opiniões e trajetórias

*Paulo Sérgio Pinheiro*

Cada década que passa desde seu desaparecimento, e de sua esposa, Anna Maria Henriqueta Marsiaj, as qualidades de Severo Gomes (1924-1992) no contraste com o presente se destacam ainda mais.

Logo depois de sua morte —no trágico acidente de helicóptero que vitimou também Ulysses Guimarães e sua esposa, dona Mora, em outubro de 1992—, Otto Lara Rezende escrevera nesta Folha sobre a diversidade dos focos de Severo: "Tinha esse dom o Severo: nele, os extremos se tocavam (...). Mário de Andrade, Oswald. Os dois Bastide. As Arcadas. A Bucha. A política estudantil (...). Do capim-gordura ao Dante. Nada ignora. Julga um zebu, uma pinga e o interesse nacional". Severo era o ímã que unia diversidade de opiniões e trajetórias.



Ministro da Indústria e Comércio no governo Geisel, financiou o Projeto Imagens e História da Industrialização em São Paulo, na Unicamp. O presidente queria entender por que aquele ministério apoiava tal pesquisa. "Mas general, como estudar a industrialização sem estudar os operários?" E lá se foi o projeto aprovado. Que consolidou ali o Arquivo de História Social Edgard Leuenroth, que comemora seus 50 anos. Dali saiu "Libertários", filme de Lauro Escorel, cuja primeira projeção foi no apartamento do ministro.

No dia em 1995 que Fernando Henrique Cardoso estabelecia a comissão especial sobre os mortos e desaparecidos políticos e as reparações de crimes perpetrados pela ditadura, Nelson Jobim, ministro da Justiça, celebrava o papel de Severo Gomes na construção do artigo 5 dos direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição de 1988.

Severo foi um dos mais ativos artífices da democratização da democracia, marcada especialmente pela defesa dos direitos dos povos indígenas. Sua crítica do esbulho dos direitos desses povos ressoa no presente: "As leis mais antigas do Brasil, e as leis de hoje também, dizem que as terras são dos índios e os brancos não podem entrar nelas nem ficar donos dessas terras. No entanto, essas leis estão sendo desobedecidas. Os juízes julgam de acordo com os interesses dos fazendeiros ou dos garimpeiros". O verdadeiro memorial de Severo é o Parque Yanomami, criado por lei de sua iniciativa quando senador.

O senador Severo Gomes brinca com binóculo durante corrida de cavalo no GP de São Paulo, no Jockey Clube de São Paulo, em 1985 - Renata Falzoni/Folhapress - Renata Falzoni/Folhapress

Severo sempre se inquietou com a situação cruel das instituições fechadas e prisões no Brasil, causa desprezada pela maioria dos políticos. Em 1982, convida companheiros de diferentes conexões —Antonio Candido, seu antigo mestre, Fernando Millan, Hélio Bicudo, José Gregori e outros— para visitar o manicômio de Franco da Rocha (SP), onde pacientes foram massacrados pela Polícia Militar. Viria a ser a Comissão Teotônio Vilela, que sobreviveu 30 anos.

Era um entusiasta do diálogo Norte-Sul, preservada a capacidade autônoma do Brasil na comunidade internacional. O lugar do Brasil, dizia, é junto dos "países baleias", invocando seu amigo Ignacy Sachs, como Índia e China.

Severo Gomes sempre defendia a prevalência do direito internacional nas relações políticas e econômicas entre as nações, nos conflitos e na paz. Neste momento, as decisões dos órgãos multilaterais são sistematicamente desrespeitadas. Para lutar contra esse retrocesso, que falta o Severo faz neste dia em que completaria 100 anos.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.07.2024 – PÁG. A4**

### **Municípios farão consultas públicas no primeiro turno das eleições**

Eleitores de cinco cidades votarão sobre questões relacionadas às localidades onde moram

*Mariana Brasil*



O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) divulgou que cinco municípios farão consultas públicas sobre temas locais no dia do primeiro turno das eleições municipais deste ano, marcado para 6 de outubro.

Além de votarem nos candidatos para os cargos de prefeito e vereador, os eleitores também deverão participar de consultas populares sobre questões relacionadas diretamente à localidade onde moram. Os municípios que farão as consultas são Belo Horizonte, São Luís, Governador Edison Lobão (MA), São Luiz (RR) e Dois Lajeados (RS).

Nas capitais, em BH a pauta é a mudança da bandeira da cidade. A proposta partiu da Câmara Municipal, que aprovou a nova bandeira em 2023. Já São Luís debate a adoção do passe livre estudantil. Já os municípios Governador Edison Lobão e São Luiz, o tema em votação é a mudança de nome das cidades para Ribeirãozinho do Maranhão e São Luiz do Anauá, respectivamente.

Em Dois Lajeados, os eleitores irão votar se o novo centro administrativo municipal deve ser construído na área do Parque Municipal de Eventos João de Pizzol.

De acordo com a Emenda Constitucional nº 111/2021, as consultas populares permitem que os cidadãos opinem sobre assuntos específicos do município, como políticas públicas, creches, escolas, postos de saúde e legislação.

O plebiscito ocorre antes da criação de uma lei, permitindo que os eleitores opinem sobre uma proposta antes de sua implantação. Já o referendo acontece após a aprovação de uma lei pelo Poder Legislativo — neste caso, as câmaras municipais — o que possibilita que o eleitorado local confirme ou rejeite a decisão. Para que as consultas populares sejam realizadas simultaneamente às eleições municipais, elas devem ter sido aprovadas pelas câmaras e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 90 dias antes do primeiro turno do pleito. Esse prazo terminou em 8 de julho.

As consultas aprovadas pelos TRE's (Tribunais Regionais Eleitorais) foram enviadas ao TSE. As perguntas e as possibilidades de respostas homologadas foram inseridas pelos tribunais regionais no sistema de Configurador de Eleições.

Manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, segundo as diretrizes dos TRE's, sem uso de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 24.07.2024 – PÁG. B8**

### **Torre Eiffel, 135, vira musa dos Jogos**

Diretor do maior ícone de Paris diz que meta é casar dois símbolos, monumento e megaevento

*André Fontenelle  
Paris*

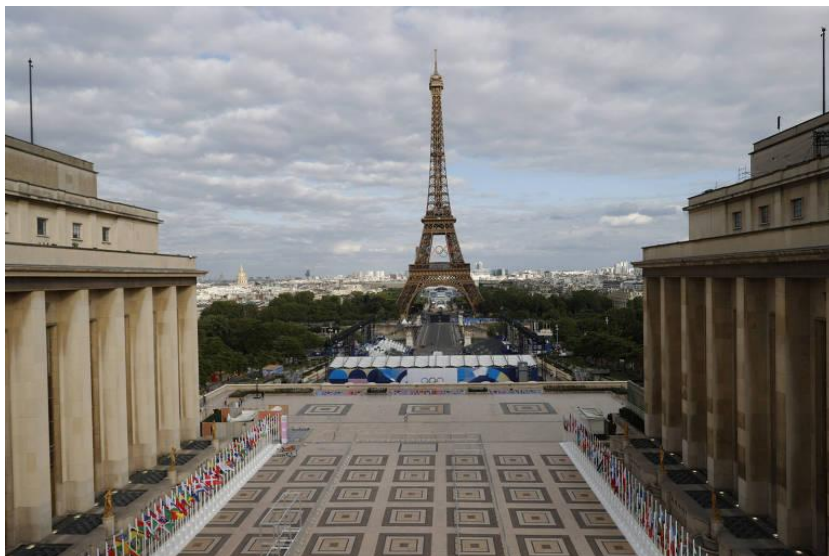
A Torre Eiffel, 135, é a musa dos Jogos de Paris. Está em toda parte: na cerimônia de abertura, no cenário da arena do vôlei de praia, no pôster oficial, no design do pódio e até nas medalhas. Quem ganhar ouro, prata ou bronze levará no peito 18 gramas do ferro original do monumento, incrustados nelas.

Segundo os organizadores, esse ferro vem de um depósito de restos da torre, substituídos durante reformas ao longo das décadas. A Folha perguntou ao "prefeito" da Torre Eiffel, Patrick Branco Ruivo, onde fica esse depósito.

*Vista geral da Torre Eiffel com anéis olímpicos exibidos antes do evento - Abdul Saboor/Reuters*

"É um segredo", respondeu Branco Ruivo, sorrindo. "Às vezes acontece, é raro, de trocarmos peças da torre. E por isso temos pedaços velhos dela, não muitos, mas o suficiente para dar aos nossos amigos do Cojop", acrescenta, referindo-se à sigla do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Se esse segredo da dama de ferro persiste,





## CLIPPING

DATA  
24.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
12 de 24

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

outros mistérios serão revelados nesta sexta-feira (26), na cerimônia de abertura. Assim como os demais envolvidos com o espetáculo, Branco Ruivo não pode revelar muitos detalhes. Mas conta que o show terá doze "quadros" ao longo do rio Sena, e que o último deles será na torre.

A imagem mostra uma vista da Torre Eiffel em Paris, com um céu nublado ao fundo. A torre está centralizada na imagem, e há uma grande praça em primeiro plano, cercada por edifícios. Bandeiras coloridas estão dispostas ao longo da praça

Durante a cerimônia, Branco Ruivo, 53, e um grupo de convidados terão um dos pontos de vista mais privilegiados: o primeiro andar da Torre Eiffel, a 57 metros de altura. Será um momento especial para esse ex-aluno da Escola Nacional de Administração (ENA), formadora de muitos dos principais dirigentes políticos e empresariais da França.

Desde 2018 no comando da Torre Eiffel, ele se orgulha de chamar pelo nome os 450 funcionários da torre, e até muitos dos mais de 500 terceirizados de lojas, restaurantes, segurança e limpeza. "Somos mais de mil, o que eu chamo de família Torre Eiffel".

Quando Branco Ruivo assumiu a direção geral da torre, Paris tinha sido escolhida como sede dos Jogos apenas um ano antes. A colaboração estreita com os organizadores do evento ajudou a renovar a imagem do velho monumento. "Sou responsável pela torre no longo prazo. Ela pode durar mais mil anos. É preciso cuidar."

A empresa —que pertence à cidade de Paris, mas opera como sociedade anônima— tem buscado atrair um público sofisticado, "haut de gamme", como se diz em francês. A torre ganhou um logo alternativo, menos previsível, que apresenta o monumento visto de cima e não de frente. Foi criada uma visita guiada VIP, que custa cerca de R\$ 12 mil, para grupos de até seis pessoas (a tarifa básica por adulto é de R\$ 86). Também será lançada uma visita virtual.

Um homem sorridente está posando para a foto com a Torre Eiffel ao fundo. Ele usa óculos e um paletó escuro, com uma camiseta branca por baixo. O céu está parcialmente nublado, e a cena inclui árvores e o rio próximo à torre.

Patrick Branco Ruivo, diretor da Torre Eiffel, em Paris; ele não revela onde ficam depositados os pedados da estrutura que são retirados - André Fontenelle/Folhapress

Até a cor do monumento passou do tradicional marrom escuro para um tom, batizado de "amarelo-castanho", igual ao adotado entre 1907 e 1954. "Quando faz um belo céu azul, dá um pequeno efeito dourado", explica o diretor.

Também foram lançados produtos derivados com a marca da torre, como macarons (doce típico da França) e tênis. O tradicional restaurante Jules Verne, no segundo andar da torre, foi reformado e ganhou este ano sua segunda estrela no prestigiado Guia Michelin.

Um dos principais golpes de marketing foi a instalação para os Jogos, na face da torre que dá para o rio Sena, de cinco monumentais anéis olímpicos de aço francês, com 13 metros de altura e 30 de largura, a 70 metros de altura. Foi uma operação complexa, devido ao peso: 30 toneladas ao todo, equivalentes a 0,3% do peso da torre.



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA

24.07.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº

13 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

"São dois simbolismos que casamos. E é o símbolo que toca o coração das pessoas. Quando vejo os anéis, sinto uma emoção. Quando vejo a torre, sinto uma emoção. Quando vejo a torre mais os anéis, isso cria uma emoção ainda maior", diz o diretor da torre.

### *Cenários icônicos dos Jogos Olímpicos de Paris*



*Praça do Trocadero, cenário do atletismo e do ciclismo de estrada*

Branco Ruivo recebeu a Folha na semana passada em seu escritório, que, ao contrário do que se poderia imaginar, não fica a centenas de metros de altura, e sim no modesto segundo andar de um prédio comercial vizinho à torre.

Filho de alentejanos de Mina de São Domingos, que migraram para a França durante a ditadura de Salazar, Branco Ruivo fala

um bom português, com sotaque mais brasileiro que lusitano —em 2003, estagiou seis meses na embaixada da França em Brasília.

Em setembro, o diretor da Torre Eiffel vai a São Paulo promover seu produto, em um evento da agência francesa de desenvolvimento do turismo. "O mercado brasileiro é importante para nós", explica. Os brasileiros representam 4% dos 6,5 milhões de visitantes anuais da torre. Têm fama de gastar muito e de gostar de luxo.

Poderão continuar gastando durante os Jogos: a Torre Eiffel vai abrir normalmente para visitação, apesar da proximidade das arenas do vôlei de praia (no Campo de Marte, jardim aos pés do monumento) e do jud  e de luta (no pavilhão de exposi es Grand Palais  ph m re).

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –24.07.2024 – PÁG. POLÍTICA**

**Análise: Um pouco da memória de Dilma não faria mal a Lula**

"A oposição está voltando à pauta de junho de 2013, com o argumento verdadeiro de que a maioria dos contribuintes paga imposto, mas não vê melhoria na qualidade de vida", avalia o jornalista

*Luiz Carlos Azedo*

Nove entre 10 petistas têm a convicção de que a história do Brasil seria diferente se a ex-presidente Dilma Rousseff desistisse da reeleição e apoiasse a volta de [Luiz Inácio Lula da Silva](#) ao poder, nas eleições de 2014. É uma avaliação que se baseia muito mais no papel dos indivíduos na história do que no balanço crítico da política que vinha sendo executada pelo governo, cujo colapso econômico viria a ser decisivo para o impeachment da ex-presidente, muito mais do que o escândalo da Petrobras.



Ainda hoje, a maioria do partido não fez autocrítica da estratégia da “nova matriz econômica”, pautada por uma visão nacional-desenvolvimentista desconectada da realidade econômica mundial, e, mais ainda, do seu contexto político. Haja vista a oposição que ainda faz ao [ministro da Fazenda, Fernando Haddad](#), por não aderir às teses que fundamentaram aquele fracasso.

A reeleição de Dilma embaçou a avaliação sobre o significado e a profundidade reais das manifestações de protestos ocorridas a partir de junho de 2013, que foi uma explosão de insatisfação popular. Como se sabe, tudo começou quando estudantes do Movimento Passe Livre (MPL) queimaram uma catraca de papelão, interrompendo o tráfego na Avenida 23 de Maio, na altura do Vale do Anhangabaú, centro da cidade de São Paulo.

Lutavam contra o aumento das tarifas do transporte público, que haviam subido de R\$ 3 para R\$ 3,20 no início do mês. A polícia reprimiu o protesto como tinha feito de outras vezes. Porém, em menos de duas semanas, o Brasil assistiria a manifestações de inédita envergadura, que se estenderam para ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte e, a seguir, ganhariam as ruas das principais cidades do país. O que unificava a agenda dos manifestantes era o chamado “padrão Fifa”, a melhoria da qualidade dos serviços públicos, a contrapartida à população aos impostos que pagava.

Ontem, Lula afirmou que o imposto sobre herança no Brasil “é nada” perto do que é pago por norte-americanos, durante a comemoração dos 10 anos do Campus Lagoa do Sino, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em Buri (SP). O presidente fez a afirmação acerca do imposto sobre herança ao citar a doação de patrimônio por magnatas norte-americanos a estabelecimentos de ensino. Para Lula, o imposto mais alto sobre herança praticado nos EUA estimula a doação a universidades e institutos, o que é verdade.

Quando uma pessoa morre nos EUA, 40% da herança é paga de imposto. “Aqui, no Brasil, você não tem ninguém que faça doação porque o imposto sobre herança é nada, é só 4%. Então, a pessoa não tem interesse

em devolver o patrimônio dela”. Na verdade, por aqui, o imposto varia entre 1% a 8%, de acordo com a unidade da federação — nos EUA, de 18% a 40%. O campus foi construído na antiga fazenda Lagoa do Simão, doada pelo escritor Raduan Nassar à UFSCar.

### **Curva de Laffer**

Aumentar impostos para arrecadar mais e obter o equilíbrio fiscal pela receita, sem cortar gastos, parece ser uma obsessão de Lula, mas quem paga o pato é Haddad, que também quer cortar gastos, e sofre uma intensa campanha na internet por parte da oposição por causa da reforma tributária. “Taxad”, “Taxador de Promessas”, “Zé do Taxão”, “Nostaxamus”, “Taxa Humana”, “Pero Vaz de Taxinha” são memes que circulam nas redes, com um humor corrosivo que deveria preocupar o governo.

A narrativa oficial é a defesa da justiça tributária, cuja grande bandeira foi a reforma aprovada pelo Congresso e que está sendo regulamentada. Nessa caminhada, privilégios, renúncias fiscais e impostos seletivos, tendo sempre Haddad como interlocutor, tornaram o ministro da Fazenda refém dessa pauta. A comparação da carga tributária de 30 países com as maiores tributações no mundo com o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBTP), mostra que o Brasil aparece em último lugar, atrás do Uruguai (9º) e da Argentina (22º). O ranking foi liderado por Irlanda, Suíça, EUA, Austrália e Coreia do Sul.

Os críticos do governo estão voltando à pauta generalista de junho de 2013, com o argumento verdadeiro de que a maioria dos contribuintes não vê melhoria da segurança pública, do sistema público de saúde, de estradas e rodovias. Argumentam que se financia a máquina do governo, partidária pelo PT, com aumento de impostos, sem contrapartida em bons serviços. Não é bem assim. A carga tributária média de 2023 caiu em relação ao ano anterior, mas como a arrecadação subiu, o discurso cola.

Ninguém gosta de pagar impostos — se gostasse, o nome seria outro. Existe uma teoria econômica sobre seus limites, a Curva de Laffer. A tese é de que há um ponto em que o aumento da carga tributária provoca perda de arrecadação, por saturação, ao inibir a atividade econômica. Na econometria, o cálculo é possível; mas, na vida real, é quase inviável.

O modelo de Arthur Laffer, porém, foi adotado durante a presidência de Ronald Reagan como um dos argumentos para a redução de impostos nos EUA na década de 1980. Ou seja, a curva bate no teto da política.

### **Restituição Imposto de Renda 2024: Receita abre consulta o 3º lote**

O crédito bancário das 6.091.572 restituições será realizado ao longo do dia 31 de julho, no valor total de R\$ 8,5 bilhões

*Aline Gouveia*



O terceiro lote de [restituição do Imposto de Renda da Pessoa Física \(IRPF\) 2024](#) estará disponível para consulta a partir de 10h desta quarta-feira (24/7). Segundo o Ministério da Fazenda, o crédito bancário das 6.091.572 restituições será realizado ao longo do dia 31 de julho, no valor total de R\$ 8,5 bilhões.

Desse total, R\$ 529.549.606,98 referem-se ao quantitativo de [restituições](#) de contribuintes que possuem prioridade legal. Serão 14.756 restituições para idosos acima de 80 anos, 95.040 restituições para contribuintes entre 60 e 79 anos, 9.672 restituições para contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e 34.014 restituições para contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Além disso, 5.711.130 restituições serão destinadas a contribuintes que não possuem prioridade legal, mas utilizaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição via pix. Foram contempladas, ainda, 172.719 restituições destinadas a contribuintes não prioritários. Por fim, foram incluídas no lote 54.241 restituições de contribuintes priorizados em razão do estado de calamidade decretado no Rio Grande do Sul.

#### **Como consultar?**

Para saber se a restituição está disponível, o contribuinte deve acessar a [página da Receita](#) na internet, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". A página apresenta orientações e os canais de prestação do serviço, permitindo uma consulta simplificada ou uma consulta completa da situação da declaração, por meio do extrato de processamento, acessado no e-CAC. Se identificar alguma pendência na declaração, o contribuinte pode retificar a declaração, corrigindo as informações que porventura estejam equivocadas.

O pagamento da restituição é realizado na conta bancária informada na Declaração de Imposto de Renda, de forma direta ou por indicação de chave pix. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado, por exemplo, a conta informada foi desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil, onde o cidadão poderá reagendar o crédito dos valores.



### **Visão do Correio: O esforço para controlar as contas públicas é de todos**

Fica claro que o controle das contas públicas é função tanto do Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário, assim como de todo o setor privado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é reticente ao fazer cortes de despesas pelo que ele considera ser apenas vontade do mercado financeiro, mas demonstra ter ciência da necessidade de se cumprir o arcabouço fiscal e controlar as contas públicas. No mesmo dia em que o Ministério da Fazenda divulgou o Relatório da Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre deste ano, revelando um deficit primário (excluindo juros da dívida pública) de R\$ 28,8 bilhões para este ano, Lula foi categórico ao afirmar que, se o país gastar mais do que arrecada, "vai quebrar".



O valor do rombo é o limite para que o país cumpra o parâmetro legal do deficit zero, que considera tolerância de 0,25 ponto para mais ou para menos. Mesmo estando no limite, Lula fez a ressalva de que não vai atender à expectativa do mercado de um corte orçamentário de mais de R\$ 60 bilhões neste momento para equilibrar as contas públicas, alegando que um bloqueio feito agora pode se mostrar desnecessário em pouco tempo.

Lembrando que o governo já bloqueou R\$ 15 bilhões e promete um pente-fino sobre gastos com benefícios sociais, restam dois cenários de agora até o fim do ano: receitas extraordinárias e ganho de arrecadação eliminam a necessidade de cortes adicionais ou o contrário. Não havendo receita suficiente, será necessário fazer um corte adicional, com o valor podendo chegar aos R\$ 62 bilhões estimados pelo mercado financeiro.

O presidente, ao fazer as afirmações, tocou em um ponto delicado, mas que precisa ser discutido. Lula lembrou que os que pedem bloqueio de investimentos e de obras (com o corte orçamentário) são os mesmos que são desonerados. E ressaltou que, sem a desoneração da folha de pagamento de 17 setores, não haveria necessidade de bloqueio orçamentário. Assim, o presidente lembra que o esforço para conter as contas públicas não está só com o governo, mas também com o Congresso.

Hoje, o Congresso é dono de parte do Orçamento, com as emendas parlamentares ficando com mais de R\$ 50 bilhões, enquanto, por decisão dos congressistas, uma medida que deveria ser pontual está sendo perpetuada. Não há dúvida de que os setores econômicos precisam ter uma carga menor de impostos, mas por quais motivos apenas 17 têm esse privilégio que custa, nas contas do governo, quase R\$ 20 bilhões?

Fica claro que o controle das contas públicas é função tanto do Executivo quanto do Legislativo e do Judiciário, assim como de todo o setor privado. Nesse ponto, é preciso que o Congresso se vire de frente para o Brasil. O Congresso precisa agir para encontrar formas de compensar desonerações de forma a contribuir não para o presidente Lula, mas, sim, para que o país consiga equilibrar suas contas.

Passou da hora para que o esforço pelo controle das contas públicas seja de todos, assim como cabe ao governo federal ser mais eficiente nos seus gastos, para reduzir desperdícios. É preciso, ainda, que o governo não sofra por ter que fazer gastos. Discursos não resolvem problemas econômicos.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 24.07.2024 – PÁG. E1**

### **Empresas adotam mediação com credores para evitar processo de recuperação judicial**

Medida é possível desde janeiro de 2021, com entrada em vigor da reforma da Lei de Falências

*Adriana Aguiar*



Empresas em dificuldades financeiras passaram a usar com mais frequência a mediação para tentar acordos com seus credores, antes de apresentarem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial. A medida, possível desde janeiro de 2021, com a entrada em vigor da reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falência (Lei nº 14.112/20), já foi adotada em casos envolvendo a Unimed-Rio, a fabricante de cimento Intercement, a empresa de construção naval OSX e uma das maiores produtoras de óleo de palma, a Brasil Biofuels.

A mediação ou conciliação é adotada normalmente após o pedido, na Justiça, da chamada tutela cautelar antecedente, que suspende as cobranças (execuções) contra a devedora por 60 dias. O procedimento pode ser instaurado nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs), mantidos pelos Tribunais de Justiça, ou em câmaras especializadas. A previsão está no artigo 20-B, parágrafo 1º.

Na Med Arb RB, câmara especializada em resolução de conflitos envolvendo reestruturação de empresas, a procura pela mediação tem crescido. Desde sua fundação, em novembro de 2021, recebeu 118 pedidos, envolvendo mais de R\$ 15 bilhões. Desse total, 60 tratam de mediação anterior ao processo de recuperação.

Para o advogado e mediador Elias Mubarak, presidente da Med Arb RB, as empresas em crise já estão se acostumando a procurar a mediação como ferramenta para a reestruturação. Ele afirma que a maioria dos casos tratados na câmara envolvem empresas que optaram pela tutela cautelar antecedente - medida que especialistas tratam como a grande “virada de chave” do mercado.

“Ao identificar sinais de dificuldade, uma empresa proativa pode propor um convite de mediação em uma câmara privada, evitando a queda do seu rating e com soluções mais participativas”, diz Mubarak.

Em meio a uma crise, a Unimed-Rio pediu em março, na Justiça, liminar para suspender as execuções e iniciou mediações na Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, no Rio. A empresa convidou 644 credores



## CLIPPING

DATA

24.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 24

RESPONSÁVEL

Iris Helena

para sentarem na mesa de negociações. Foram realizadas mais de 300 sessões de mediação e formalizados mais de 200 acordos. O passivo submetido foi de R\$ 149,6 milhões.

Após o prazo de 60 dias e as negociações, o Grupo Unimed-Rio apresentou pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial já com o quórum legal de aprovação (mais de 70% dos créditos submetidos).

Foram registradas apenas duas impugnações. Em uma delas, o credor desistiu, antes da homologação, porque teve sua questão solucionada nas sessões de mediação. O plano de recuperação extrajudicial então foi homologado no dia 6 de julho, quatro meses depois do ajuizamento da cautelar.

De acordo com a advogada que assessora a Unimed-Rio na mediação, Juliana Bumachar, sócia do escritório Bumachar Advogados Associados, está acontecendo um boom de casos de mediação antes da recuperação judicial ou extrajudicial. “É um procedimento muito interessante porque a empresa tenta se antecipar e negociar soluções com seus credores, sem que já exista uma judicialização do problema”, diz.

O caso da Unimed-Rio, segundo Juliana, é um bom exemplo. “Houve uma preparação financeira e jurídica dos advogados para negociar, um acompanhamento de perto dos casos, o que fez toda a diferença para termos uma aprovação muito rápida e significativa”, afirma.

De acordo com a mediadora que atuou no caso da Unimed-Rio, Juliana Loss, sócia na Loss Andrade Solução de Conflitos, no começo das negociações é normal que os credores estejam já muito estressados e a empresa muito desgastada. Mas depois, nas mediações, chega-se a um número grande de acordos. “O mediador ajuda as partes a dialogar e buscar um acordo, o que é totalmente voluntário”, diz ela, acrescentando ser uma solução mais simples e barata do que levar o caso direto ao Judiciário.

No dia 15 de julho, a InterCement Brasil, que pertence à Mover (ex-Camargo Corrêa), informou ao mercado que conseguiu decisão favorável na Justiça de São Paulo determinando a suspensão de suas dívidas por 60 dias. A ideia era evitar o vencimento, no dia 17, de quase R\$ 3 bilhões. A dívida total do grupo é de quase R\$ 12 bilhões. A empresa afirmou em nota, na época, que o objetivo da decisão era garantir o resultado útil do processo de mediação iniciado com credores.

A Brasil Biofuels, também anunciou, em fevereiro, que conseguiu, na Justiça de São Paulo suspender por 60 dias ações e execuções de dívidas enquanto busca uma “solução consensual” com credores. A empresa iniciou um processo de mediação na Câmara Especial de Resolução de Conflitos em Reestruturação de Empresas (CamCMR) para tentar renegociar suas principais obrigações.

Outra mediação que ocorreu na Câmara da FGV Rio foi a da OSX. Em novembro, a empresa informou ao mercado que obteve liminar na Justiça do Rio para suspender cobrança de obrigações e dívidas por 60 dias. Em outubro, a empresa havia sido notificada pela operadora do Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), que não iria prorrogar o acordo de suspensão de cobranças (standstill) assinado no ano de 2018. No caso, contudo, a empresa entrou em recuperação judicial.

A advogada Samantha Longo, sócia do Longo Abelha Advogados, que atua em diversas mediações antecedentes, como no caso da OSX, Unigel e moinho Canuelas, afirma que o mais interessante dessas



## CLIPPING

DATA  
24.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
20 de 24

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

mediações é que o próprio devedor convida os credores para participar das negociações. “É um novo modelo que favorece a desjudicialização, proporciona um diálogo mais construtivo e não tem contraindicação. O devedor antecipa um movimento que pode acabar evitando até mesmo a sua recuperação judicial”, diz.

Entre os credores, afirma, podem ser chamados para negociar os bancos, os trabalhadores e até mesmo o Fisco. “Além disso, na mediação você pode criar outras soluções, que no processo de recuperação judicial fica mais engessado”, diz.

O interesse por essa mediação antecedente tem crescido entre as empresas, sobretudo porque tem aumentado também o conhecimento dos advogados sobre essa possibilidade, segundo Samantha. “Além disso é um processo barato, não é caro como arbitragem e nem como um processo de recuperação judicial”.

As câmaras privadas de mediação, em geral, cobram uma taxa de registro (em torno de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil), taxa de administração mensal e honorários do mediador (que cobra por hora e costuma ser bem menor do que honorário advocatício). Já na Justiça, somente o administrador judicial pode cobrar até 5% do valor da dívida - o que, em casos milionários ou bilionários, é muito significativo.

Com essa possibilidade nova de mediação, Samantha afirma que o sistema de insolvência criou degraus. O primeiro deles deve ser a mediação antecedente, o segundo a recuperação extrajudicial, e o terceiro, somente para casos mais graves, a recuperação judicial. “Na mediação existe muito mais liberdade, a vida da empresa não fica tão travada. Além disso, o empresário não fica com a pecha de fracassado nas costas. Ele está convidando seus credores para negociar, é outra situação.”

Procuradas pelo **Valor**, a Unimed-Rio e da Intercement informaram que não vão se manifestar. A assessoria de imprensa da OSX não foi localizada e a da Brasil Biofuels não deu retorno até o fechamento da edição.

### Receita esclarece exclusão do ICMS do PIS/Cofins

Contribuinte com decisão final para manter o imposto estadual pode pedir, na esfera administrativa, a exclusão, a partir da data do julgamento da “tese do século” pelo Supremo Tribunal Federal

*Beatriz Olivon*

O contribuinte com decisão judicial final para manter o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins pode pedir, na esfera administrativa, a exclusão do imposto estadual, a partir da data do julgamento da “tese do século” pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O esclarecimento, por parte da Receita Federal, consta na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 206, publicada neste mês.

A Receita Federal também esclarece, no texto da norma,





## CLIPPING

DATA  
24.07.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
21 de 24

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais é o destacado no documento fiscal - conforme indicado na Instrução Normativa nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022.

A consulta foi proposta por uma empresa que teve decisão judicial desfavorável transitada em julgado em 7 de maio do ano de 2008. O STF julgou a tese e deu ganho aos contribuintes em 16 de março de 2017. O julgamento, um dos casos tributários mais relevantes para a União, teve impacto estimado, na época, de R\$ 250 bilhões.

Na resposta, a Cosit afirma que o entendimento do Supremo no sentido de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da Cofins já foi incorporado aos atos normativos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

A partir de 16 de março de 2017, vale o posicionamento sobre a modulação de efeitos fixada pelo STF, conforme a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) indicou no Parecer nº 492, de 2011. Quanto ao pedido de restituição decorrente de pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, a Receita destacou que deve ser observado o prazo de cinco anos.

“É bom para fechar essa página”, afirma Thais Shingai, sócia do Mannrich e Vasconcelos Advogados, em referência à tese que demorou pelo menos 20 anos para ser julgada só no STF. A solução de consulta é um conforto para que empresas nessa situação apliquem a decisão do Supremo, segundo ela.

Thais destaca que, desde que o STF decidiu pela relativização da coisa julgada - que leva à perda de validade de decisão quando o os ministros se manifestam sobre o mesmo tema de forma contrária -, já era esperado esse efeito.

A advogada afirma que, entre os clientes que acompanhou, nenhum tinha o trânsito em julgado completamente desfavorável, mas alguns tinham decisões que autorizavam excluir o ICMS efetivamente recolhido e não o destacado. Embora tenha decidido o mérito no ano de 2017, o STF só esclareceu qual ICMS deveria ser retirado do cálculo em um novo julgamento, realizado em 2021.

Segundo Felipe Kneipp Salomon, do Levy Salomão Advogados, apesar de já existir um posicionamento da PGFN nesse sentido, ele não vinculava a Receita. Com a solução de consulta Cosit, os auditores fiscais do país passam a ter que observar a orientação, conforme lembra ele. “A solução de consulta é positiva ao alinhar a interpretação da Receita à da PGFN e evitar contencioso desnecessário”, afirma.

Para Vinicius Caccavali, do escritório VBSO Advogados, essa solução de consulta é importante porque mostra ainda o alinhamento da Receita Federal à jurisprudência do STF sobre o efeito das decisões com repercussão geral. O advogado lembra que, por um tempo, a jurisprudência dominante era pela impossibilidade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, o que pode ter levado a alguns trânsitos em julgado. “A solução de consulta mostra a conformidade da Receita com o que foi definido pelo STF na ‘coisa julgada’”, diz.

## **Destaque**

### **Crédito presumido**



A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que a compra de gado vivo para abate e transformação em carcaça não retira do frigorífico o direito de receber o crédito presumido da contribuição ao PIS/Pasep e da Cofins na alíquota de 60%, nos termos do artigo 8º, parágrafo 3º, inciso I, da Lei 10.924/2004. O entendimento foi definido pelo colegiado ao analisar controvérsia sobre a aplicação de alíquota de 35% ou de 60% nas hipóteses de direito ao crédito presumido por parte das empresas produtoras de mercadorias de origem animal. Os produtos são

classificados com base na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que possui capítulos distintos para animais vivos (capítulo 1) e carnes e miudezas comestíveis (capítulo 2). Segundo a turma - sob relatoria do ministro Benedito Gonçalves, que aderiu a voto da ministra Regina Helena Costa -, seria contraditório outorgar, por um lado, o desconto de crédito no patamar de 60% nas hipóteses em que o frigorífico compra o boi morto e, por outro lado, estabelecer alíquota de 35% quando o matadouro adquire o boi vivo apenas com a finalidade de abatê-lo (AREsp 1320972).

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO –24.07.2024 – PÁG. E2**

### **O Projeto de Lei nº 252 e o financiamento de startups**

A incorporação do Contrato de Investimento Conversível em Capital Social ao nosso ordenamento jurídico está profundamente alinhada à tutela do princípio da livre iniciativa, contribuindo para o ingresso e manutenção de startups mais bem estruturadas

*Luis Andre Azevedo*

Sem nenhuma surpresa, a livre iniciativa é um dos fundamentos da ordem econômica brasileira e direito fundamental consagrado nos artigos 1º, inciso IV, e 170 da Constituição Federal. No âmbito do empreendedorismo, ela se traduz tanto na liberdade de acesso das sociedades empresárias ao mercado quanto na liberdade de permanência nele. Isso, contudo, não corresponde à realidade de significativa parte das empresas brasileiras, sobretudo aquelas em estágio inicial de operação.

Alguns dos desafios ao empreendedorismo no contexto nacional são a alta carga tributária, a acirrada concorrência em determinados nichos de mercado e os elevados juros na tomada de créditos. O resultado, infelizmente, acaba por ser a insolvência de inúmeros negócios, que poderiam gerar mais empregos e renda. Dentre as sociedades empresárias atingidas por situações dessa natureza, é de se notar a figura das startups brasileiras, que costumemente operam com recursos limitados e necessitam de um ambiente regulatório que proporcione seu crescimento sustentável.

Diminuir a burocracia e adotar regras mais flexíveis para facilitar o acesso a tomada de capital e investimentos é um desafio urgente que precisa ser encarado pelo legislador e pelos juristas. Afinal, segundo dados de pesquisa realizada pelo Sebrae e a Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Anegepe), calcula-se que o Brasil tem uma população de 42 milhões de potenciais investidores, atrás somente da Índia, com 106 milhões de aspirantes ao próprio negócio. E a boa nova é que 77% desse total afirma que quer abrir o próprio negócio para ter um diferencial. Em 2022, a principal motivação vinha da escassez de empregos.

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas por essas sociedades iniciantes, em 2021 foi sancionada a Lei Complementar nº 182/2021, conhecida como Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador no Brasil. Seu objetivo foi estruturar um ecossistema que contribuísse para a boa saúde desses negócios, especialmente por meio de medidas como (i) a simplificação da abertura, operação e fechamento dessas empresas; (ii) o impulsionamento do fluxo econômico e tecnológico no país; e (iii) a valorização da segurança jurídica e da liberdade contratual.



Ainda que o Marco Legal das Startups represente avanços importantes, outras dificuldades ainda persistem, dentre as quais o endividamento de empresas iniciantes com vistas ao levantamento de capital de giro ou à alavancagem.

O instrumento contratual mais utilizado pelas startups para obter investimentos é o mútuo conversível em participação societária. Nele, o investidor compromete-se a aportar determinado montante à empresa, tendo a faculdade de, ao vencimento do contrato, optar por receber de volta o valor investido ou convertê-lo em participação societária na investida.

Por conta de sua natureza creditória, o mútuo conversível levanta duas questões sensíveis para as startups que dele se valem: (i) as ineficiências tributárias, que ocorrem independentemente da conversão ou não do investimento em participação societária, o que, por conseguinte, acarreta maiores custos de transação; e (ii) o risco de o Poder Judiciário interpretar que o investidor, na condição de mutuante, pode vir a cobrar a quantia que fora injetada como se fosse um empréstimo clássico, com a aplicação de juros e correção monetária, o que importa em total subversão do propósito inicial de toda a operação.

Justamente com o objetivo de fomentar o surgimento de nova modalidade contratual, mais adequada às particularidades dos investimentos em startups no Brasil, o plenário do Senado aprovou, em 10 de abril, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 252/2023, que altera o Marco Legal das Startups e institui o Contrato de Investimento Conversível em Capital Social (CICC). Trata-se o CICC de nova modalidade contratual por meio da qual o investidor pode transferir para uma startup recursos conversíveis em capital social.

Diferentemente do mútuo conversível, no entanto, esse contrato não enseja o surgimento de uma dívida conversível.

Assim, inspirado no Simple Agreement for Future Equity (SAFE) - instrumento contratual amplamente difundido na experiência norte-americana -, o CICC surge como uma alternativa aos contratos de mútuo conversível, e como um aprimoramento ao financiamento de startups, ao eliminar a natureza de dívida atribuída ao investimento, conferindo maior segurança jurídica à captação de recursos por tais empresas iniciantes. Até que a conversão em participação societária seja concretizada, a monta investida não integra o capital social da startup, ou seja, o investidor não se submete a riscos outrora comuns nas searas operacional, trabalhista ou fiscal.

Portanto, a incorporação do CICC ao nosso ordenamento jurídico por meio do PLP 252/2023 está profundamente alinhada à tutela do princípio da livre iniciativa, consagrado no caput do artigo 170 da Constituição Federal, contribuindo para o ingresso e manutenção de startups mais bem estruturadas em nosso mercado. Essa nova modalidade contratual não apenas endossa o compromisso constitucional com a livre iniciativa, mas também se apresenta como catalisadora da criação de um ecossistema empresarial mais robusto, capaz de gerar mais empregos e renda, tão necessários em nosso país.

## **DATA COMEMORATIVA DO DIA- SEBIB**

### **Dia dos Primos**



O Dia dos Primos comemora-se em Portugal e noutros países do mundo a 24 de julho. Esta data tem o objetivo de aproximar os primos nas famílias de todo o globo. Para muita gente, os primos são o motivo de interesse nas reuniões de família. Enquanto os adultos discutem o estado das coisas, os primos brincam e estabelecem ligações especiais.

O Dia dos Primos visa restabelecer os laços de infância criados entre os primos. Onde quer que você esteja, pode mandar uma mensagem ao seu primo nesta data especial.

A origem da data é desconhecida, mas ao longo dos anos estabeleceu-se o hábito de comemorar o Dia dos Primos a 24 de julho. No Brasil a data celebra-se a 26 de setembro.